

DOI: 10.70513/infancia-brincar-inclusao.05

Ludicidade e Educação Infantil: reflexões sobre o brincar o desenvolvimento integral

Janaina Aparecida de Souza Oliveira

Sandra Canal

Karla Fernanda Wunder da Silva

Francisco das Chagas Galvão de Lima

Introdução

A Educação Infantil constitui a etapa inicial da Educação Básica, destinada a crianças de zero a cinco anos, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, cognitivo, social, afetivo e cultural, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010) e a BNCC (Brasil, 2018). Trata-se de um período decisivo para a constituição das bases que sustentarão os processos de aprendizagem ao longo da vida escolar, bem como para a formação de valores, hábitos e atitudes. Nesse cenário, o brincar ocupa uma posição central, pois, por meio dessa atividade, a criança explora o mundo, estabelece relações, vivencia diversas situações e amplia suas potencialidades (Kishimoto, 2011; Vygotsky, 2007).

Historicamente, a infância nem sempre foi reconhecida como uma fase específica e singular do desenvolvimento humano. Conforme argumenta Ariès (1981), durante séculos a criança era percebida como um “adulto em miniatura”, sendo inserida precocemente em tarefas laborais e responsabilidades sociais. Apenas com as transformações culturais, sociais e pedagógicas, especialmente ao longo do século XX, a infância passou a ser valorizada como uma etapa própria, que exige experiências intencionais e adequadas para favorecer a formação integral da criança. Nessa perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) afirmam que a criança é um;

[...] sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2010, p. 12).

O Manual de Orientação Pedagógica: Brinquedos e Brincadeiras nas Creches, reforça essa concepção ao destacar que,

A educação da criança pequena foi considerada, por muito tempo, como pouco importante, bastando que fossem cuidadas e alimentadas. Hoje, a educação da criança pequena integra o sistema público de educação. Ao fazer parte da primeira etapa da educação básica, ela é concebida como questão de direito, de cidadania e de qualidade. As interações e a brincadeira são consideradas eixos fundamentais para se educar com qualidade (Brasil, 2012, p. 11).

Nesse mesmo sentido, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) inclui o brincar entre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, evidenciando sua relevância. A partir desse reconhecimento, a brincadeira assume posição central no cotidiano da educação infantil, consolidando-se como prática fundamental para o desenvolvimento saudável e para a construção de aprendizagens significativas.

O ato de brincar, frequentemente percebido apenas como entretenimento ou passatempo, constitui, na verdade, um processo complexo que mobiliza múltiplas aprendizagens. Vygotsky (2007) sustenta que, ao brincar, a criança internaliza normas, valores e regras sociais, ampliando, simultaneamente, suas capacidades cognitivas e linguísticas. Piaget (1978), por sua vez, destaca que a atividade lúdica está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento da inteligência, uma vez que, por meio das brincadeiras, a criança experimenta, erra, acerta e constrói conhecimento. Como afirma o autor, “[...] quando brinca, a criança assimila o mundo à sua maneira, sem compromisso com a realidade, pois a sua interação com o objeto não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribui” (Piaget, 1978, p. 67). Dessa forma, o brincar na Educação Infantil deve ser compreendido como atividade pedagógica intencional, e não apenas como momento recreativo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no campo de experiências “O eu, o outro e o nós”, reforça a centralidade do brincar ao afirmar que as práticas pedagógicas na Educação Infantil devem se organizar a partir de dois eixos estruturantes: interações e brincadeiras. Com base nesses eixos, a BNCC define seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser assegurados às crianças, entre os quais se destaca o direito de brincar (Brasil, 2018, p. 27). Isso implica reconhecer que o brincar não pode ser tratado como uma atividade secundária, mas precisa ser incorporado como elemento essencial do planejamento curricular, valorizando a curiosidade, a imaginação e a criatividade das

crianças. Nesse sentido, a criança aprende quando brinca, e o professor desempenha um papel essencial ao assegurar experiências lúdicas ricas e significativas.

Estas reflexões partem da problemática: “Como o brincar contribui para o desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil?”. Olhar para esta temática se torna relevante ao considerar que, em muitas instituições, as práticas pedagógicas ainda estão centradas em atividades formais, priorizando conteúdos rígidos e metodologias pouco adequadas à infância. Essa realidade reforça a necessidade de reflexão sobre a valorização da ludicidade como eixo pedagógico.

A escolha do tema justifica-se pela compreensão de que o brincar constitui um direito fundamental da criança, assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e por documentos internacionais, como a Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989). Para além de um direito, o brincar configura-se como uma poderosa ferramenta pedagógica, capaz de favorecer o desenvolvimento integral, contemplando dimensões motoras, cognitivas, sociais e afetivas. Dessa forma, discutir o brincar na Educação Infantil implica defender práticas educativas que reconheçam a singularidade da infância e promovam aprendizagens significativas e contextualizadas.

O objetivo geral deste texto consiste em analisar a relevância do brincar na Educação Infantil, compreendendo-o como uma prática indispensável para promover aprendizagens significativas e contextualizadas e favorecer o desenvolvimento integral da criança.

Para a tessitura deste artigo, foram consultados livros clássicos da área da educação, artigos científicos publicados em periódicos especializados, dissertações, teses e documentos oficiais, buscando realizar uma análise crítica da produção existente sobre o tema, favorecendo reflexões fundamentadas e pertinentes à prática pedagógica.

Diante do exposto, torna-se evidente que compreender o brincar como eixo estruturante da Educação Infantil é condição essencial para consolidar práticas pedagógicas que respeitem a criança em sua totalidade e assegurem seu desenvolvimento integral (Brasil, 2018). A articulação dos marcos legais, referenciais teóricos e evidências científicas, neste estudo busca ampliar o debate sobre a centralidade da ludicidade nos processos educativos, reafirmando que brincar é um direito da criança, que não deve ser relegado, pois consiste em um caminho potente para a construção de conhecimentos, vínculos e significados. Assim, ao analisar a relevância das experiências lúdicas no cotidiano das instituições de Educação Infantil, pretende-se contribuir para o fortalecimento de práticas mais sensíveis, intencionais e alinhadas às necessidades e singularidades das crianças pequenas.

O brincar como direito da criança

O brincar é reconhecido como um direito fundamental de todas as crianças, sendo

considerado essencial para o desenvolvimento integral, contemplando aspectos físicos, cognitivos, sociais, afetivos e culturais. O ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) estabelece, em seu artigo 16, que toda criança tem direito à liberdade de brincar, praticar esportes e participar de atividades recreativas. Tal dispositivo legal reforça que a infância não deve ser entendida apenas como uma etapa preparatória para a vida adulta, mas como um período dotado de experiências próprias e significativas, no qual o brincar se configura como uma prática essencial para o crescimento e a aprendizagem.

Além da legislação nacional, documentos internacionais reconhecem o brincar como direito fundamental. A Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU, 1989), por exemplo, estabelece que todas as crianças devem ter garantido o acesso às atividades lúdicas, culturais e recreativas, promovendo sua saúde, bem-estar e socialização. Dessa forma, brincar deixa de ser visto apenas como entretenimento, assumindo papel estratégico na formação integral da criança.

Em 2018, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirma essa perspectiva ao reconhecer o brincar como um dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, evidenciando sua centralidade no processo educativo (Brasil, 2018). O documento aprofunda essa compreensão ao definir o brincar, juntamente com as interações, como um dos eixos estruturantes da Educação Infantil. Nessa abordagem, o brincar é entendido como uma atividade que permite à criança assumir diferentes papéis, explorar o ambiente, construir significados e desenvolver habilidades cognitivas, motoras, sociais e afetivas. Por meio das brincadeiras, a criança aprende a respeitar regras, compartilhar, lidar com conflitos e expressar sentimentos, fortalecendo, assim, sua autonomia e identidade. Nessa perspectiva, Kishimoto (2011) destaca que,

[...] o brincar é uma atividade fundamental para o desenvolvimento da criança, pois permite a exploração do ambiente, a interação social e a construção de conhecimentos, sendo considerado um direito inalienável da criança (Kishimoto, 2011, p. 45).

Kishimoto (2011) enfatiza a necessidade de incorporar o brincar de forma intencional às práticas pedagógicas, reconhecendo que a ludicidade vai além dos momentos de lazer ou recreação e se constitui como um recurso educativo fundamental para a construção de aprendizagens significativas. Nesse sentido, cabe às instituições de Educação Infantil garantir ambientes propícios, disponibilizar diversos materiais e assegurar tempo suficiente para que as crianças participem de atividades lúdicas, considerando suas singularidades, ritmos e interesses próprios.

Assim, o brincar não deve ser compreendido como mero passatempo ou atividade acessória no cotidiano escolar. Ele constitui um direito fundamental da criança, que precisa

ser assegurado, valorizado e cuidadosamente planejado pelo professor, configurando-se como prática pedagógica e social imprescindível para a formação integral, para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento de competências essenciais que acompanharão a criança ao longo de toda a sua trajetória.

O brincar e o desenvolvimento integral

A atividade de brincar na Educação Infantil transcende uma mera prática recreativa, configurando-se como um instrumento indispensável ao desenvolvimento integral da criança, englobando aspectos cognitivos, motores, sociais, afetivos e culturais. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), o brincar é eixo estruturante das práticas pedagógicas, pois possibilita aprendizagens significativas e contextualizadas. Por meio da brincadeira, a criança experimenta diferentes formas de interação com o mundo, internaliza regras, constrói conhecimentos e desenvolve habilidades fundamentais para sua formação integral. Vygotsky (2007) destaca que, no brincar, a criança expande sua imaginação e desenvolve funções psicológicas superiores; Piaget (1971) ressalta que o jogo é essencial para o desenvolvimento cognitivo; e Kishimoto (2011) evidencia a importância do lúdico como recurso pedagógico na Educação Infantil.

Segundo Piaget (1978), a brincadeira exerce um papel central no processo de construção do conhecimento, ao permitir que a criança assimile e organize a realidade a partir de suas próprias experiências. Nesse movimento, ao buscar diferentes soluções para os desafios que encontra, a criança desenvolve o raciocínio lógico, fortalece o pensamento simbólico e amplia sua capacidade de tomar decisões. Nessa mesma direção, Winnicott (1982) afirma que

Brincar facilita o crescimento e, em consequência, promove a saúde. O não-brincar em uma criança pode significar que ela esteja com algum problema, o que pode prejudicar seu desenvolvimento. O mesmo pode-se dizer de adultos quando não brincam ou quando proíbem ou inibem a brincadeira nas crianças, privando-as de momentos que são importantes em suas vidas, e nas dos adultos também. (Winnicott, 1982 p. 176).

Vygotsky (2007) aprofunda essa compreensão ao destacar o caráter mediador do brincar no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Ao interagir com outras crianças e com adultos, a criança vivencia situações que mobilizam e ampliam competências como linguagem, atenção, memória e raciocínio, inserindo-se na chamada “zona de desenvolvimento proximal”. Nesse ambiente, ela realiza ações que, sozinha,

ainda não seria capaz de executar, o que potencializa aprendizagens mais complexas e consistentes. Como afirma o autor: “[...] A brincadeira é um espaço privilegiado onde a criança internaliza habilidades sociais e cognitivas, utilizando a interação com o outro para avançar em sua zona de desenvolvimento proximal” (Vygotsky, 2007, p. 107).

Além dos aspectos cognitivos, o brincar também desempenha um papel fundamental nas dimensões afetivas e emocionais do desenvolvimento infantil. Wallon (2007) destaca que a ludicidade favorece a expressão de sentimentos, a construção de vínculos afetivos, o cultivo da empatia e o fortalecimento da autoestima. Ao envolver-se em brincadeiras, a criança experimenta sensações de prazer, acolhimento e pertencimento, vivências indispensáveis para o equilíbrio psicológico e para a construção de sua identidade. O autor afirma: “[...] o brincar é um recurso privilegiado para a expressão emocional da criança, permitindo vivenciar sentimentos, estabelecer vínculos afetivos e consolidar sua identidade pessoal e social” (Wallon, 2007, p. 112).

A literatura também destaca que o brincar constitui um importante eixo para o desenvolvimento integral da criança. No âmbito motor, possibilita o aprimoramento da coordenação, do equilíbrio e da percepção corporal. No campo social, favorece a cooperação, o compartilhamento e a resolução de conflitos. Já no aspecto cultural, o brincar permite à criança explorar valores, normas e símbolos presentes em seu contexto sociocultural (Kishimoto, 2011).

Portanto, o brincar deve ser entendido como uma ferramenta pedagógica fundamental, capaz de articular as diversas dimensões do desenvolvimento infantil. Mais do que uma atividade de lazer, configura-se como uma prática que favorece aprendizagens significativas, fortalece habilidades socioemocionais e contribui para a construção da autonomia e da identidade da criança.

A mediação docente nas experiências de brincar

O professor da Educação Infantil desempenha um papel central como mediador do brincar, assumindo a responsabilidade de planejar, organizar e acompanhar as atividades lúdicas de maneira intencional e fundamentada. Sua atuação envolve a criação de contextos educativos que favoreçam a exploração, a experimentação, a imaginação e a interação significativa entre as crianças. Tanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010) quanto a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) ressaltam que é atribuição do docente promover experiências que contribuam para o desenvolvimento integral da criança. Nessa perspectiva, Vygotsky (2007) destaca que a mediação do adulto potencializa a aprendizagem ao permitir que a criança avance para além

de suas capacidades iniciais, enquanto Kishimoto (2011) reforça que a intencionalidade docente no brincar converte o lúdico em um instrumento pedagógico essencial.

Brougère (1997) destaca que o brincar constitui uma atividade cultural, produzida nas interações sociais e orientada pela mediação do adulto. Nessa perspectiva, cabe ao professor compreender o valor formativo da ludicidade e incorporá-la como recurso pedagógico capaz de promover aprendizagens cognitivas, sociais e afetivas. Como afirma o autor, “o educador deve atuar como mediador, proporcionando contextos que possibilitem à criança explorar, imaginar, criar e interagir, garantindo que o brincar seja uma prática pedagógica intencional e significativa” (Brougère, 1997, p. 67).

Ao discutir o papel do brincar na educação infantil, Kishimoto (2011) destaca que o docente deve respeitar a espontaneidade da criança, oferecendo oportunidades diversificadas de brincadeiras que, embora não pautadas por regras rígidas, sejam conduzidas de modo a assegurar o alcance dos objetivos pedagógicos. A observação atenta do professor torna-se, nesse processo, fundamental para identificar interesses, dificuldades e habilidades, possibilitando adaptar as atividades às necessidades individuais e coletivas da turma. Como afirma a autora, “cabe ao educador planejar e organizar brincadeiras que sejam significativas, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem e estimulando o desenvolvimento integral da criança” (Kishimoto, 2011, p. 72).

Além disso, cabe ao professor incentivar a interação entre as crianças, estimulando a cooperação, a empatia e a capacidade de resolver conflitos, competências fundamentais para a formação social na infância. Dessa forma, a mediação docente converte a ludicidade em uma prática educativa estratégica, capaz de articular prazer, aprendizagem e desenvolvimento integral.

Ludicidade como eixo estruturante da Educação Infantil

A ludicidade deve ser reconhecida como elemento central do currículo da Educação Infantil, integrando-se de maneira planejada e intencional às práticas pedagógicas. A BNCC (2018) enfatiza que as experiências de aprendizagem precisam ser organizadas a partir das interações e das brincadeiras, promovendo vivências que contribuam para o desenvolvimento integral, a socialização e a construção de conhecimentos pelas crianças.

Para Kishimoto (2011), o ato de brincar compreende uma variedade de expressões como, dramatizações, jogos, artes, músicas, danças e brincadeiras tradicionais, que possibilitam à criança vivenciar e interpretar a cultura da qual faz parte, exercitar a imaginação e desenvolver criatividade e autonomia. Como afirma a autora, “o brincar é um instrumento pedagógico que articula a dimensão afetiva, social, cognitiva e motora

da criança, constituindo-se como eixo estruturante do currículo da Educação Infantil” (Kishimoto, 2011, p. 85).

A ludicidade, quando intencionalmente planejada, amplia as possibilidades de aprendizagem significativa ao articular diferentes áreas do conhecimento e favorecer a curiosidade, a exploração e a participação ativa da criança na construção do saber. Brincadeiras orientadas, jogos pedagógicos, atividades artísticas e situações de interação social permitem que a criança compreenda regras, desenvolva habilidades de cooperação, raciocínio lógico e resolução de problemas, vivenciando, simultaneamente, experiências de prazer e alegria.

Dando continuidade ao entendimento de que a ludicidade, quando planejada, potencializa a aprendizagem significativa, é importante destacar que a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) reconhece o brincar como uma forma privilegiada de aprendizagem na infância, por articular desenvolvimento integral e experiências culturais. Nessa mesma direção, Kishimoto (2011) compreende a ludicidade como um recurso pedagógico essencial, capaz de ampliar a criatividade e promover aprendizagens significativas. Piaget (1971) reforça essa perspectiva ao afirmar que o jogo é fundamental para a construção do pensamento lógico, enquanto Vygotsky (2007) destaca que, por meio das brincadeiras, a criança internaliza regras sociais e desenvolve funções psicológicas superiores.

Em complementação a BNCC (2018), ressalta que:

[...] Incorporar o brincar de forma estruturada no currículo é essencial para que a criança desenvolva competências cognitivas, socioemocionais e motoras, ao mesmo tempo em que vivencia experiências de pertencimento e criatividade” (Brasil, 2018, p. 45).

Assim, a ludicidade não pode ser concebida como atividade complementar ou de caráter recreativo. Ao contrário, deve ocupar lugar de destaque no planejamento pedagógico, assegurando que o brincar se configure como um espaço privilegiado de aprendizagem, de construção da identidade, de fortalecimento dos vínculos e de promoção do desenvolvimento integral da criança. Desse modo, consolida-se como um eixo estruturante e imprescindível da Educação Infantil.

Considerações finais

A pesquisa sobre o brincar na Educação Infantil evidenciou que essa prática não deve ser compreendida apenas como entretenimento ou passatempo, mas como um direito fundamental da criança e uma ferramenta pedagógica essencial para o desenvolvimento

integral. Por meio das brincadeiras, as crianças constroem conhecimentos, elaboram sentidos sobre o mundo, aprimoram habilidades cognitivas, motoras, sociais e emocionais e fortalecem sua autonomia e identidade.

Os resultados demonstram que, quando intencionalmente integrado ao currículo, o brincar gera aprendizagens significativas, amplia as possibilidades de socialização, estimula a criatividade e favorece experiências de prazer, bem-estar e segurança emocional. Evidenciou-se, ainda, o papel central da mediação docente: cabe ao professor planejar e organizar situações lúdicas que respeitem os interesses, ritmos e necessidades individuais das crianças, de modo que a ludicidade se consolide como eixo estruturante da Educação Infantil.

Apesar da relevância das contribuições identificadas, algumas limitações foram observadas. Destacam-se a escassez de estudos empíricos recentes sobre diferentes modalidades de brincadeira em variados contextos escolares e a limitação de observações diretas em sala de aula, que poderiam oferecer dados mais robustos sobre a implementação e os efeitos das práticas lúdicas no cotidiano educativo.

Em direção a pesquisas futuras, recomenda-se o desenvolvimento de estudos experimentais e observacionais que analisem a eficácia de distintos tipos de brincadeiras no desenvolvimento de habilidades específicas. Sugere-se também investigar como a formação continuada de professores pode qualificar a mediação do brincar, tornando-a mais estratégica, inclusiva e responsiva às necessidades das crianças. Além disso, novas pesquisas podem explorar o potencial da ludicidade na inclusão de crianças com necessidades especiais, contribuindo para práticas pedagógicas mais equitativas e acolhedoras.

Em síntese, o brincar revela-se uma prática pedagógica essencial, capaz de articular prazer, aprendizagem e desenvolvimento integral. Sua valorização e incorporação intencional no cotidiano escolar fortalecem uma educação que forma crianças mais autônomas, criativas, sensíveis, socialmente competentes e preparadas para enfrentar, com confiança, os desafios da vida.

Referências

ARIËS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Editora LCT, 1981.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 16 jul. 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 09 set. 2025

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 09 out. 2025

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Brinquedos e brincadeiras nas creches: manual de orientação pedagógica**. Secretaria da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BROUGÈRE, G. **O brincar**: cultura, escola e socialização. São Paulo: Cortez, 1997.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 07 jan. 2026.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, H. **Psicologia e educação da criança**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2007.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1982.